

RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PGM DE VITÓRIA/ES

FOLHA DE RESPOSTAS

Nome completo (legível): _____

Nº de inscrição (legível): _____ Nota: _____

Instruções aos candidatos (leitura imprescindível)

- 1-Não esqueça de preencher o campo anterior (com nome e número de inscrição), porque as provas sem identificação não serão corrigidas nem consideradas;
- 2-O tempo de prova será de 02 (duas) horas, ou seja, irá das 14:00 às 16:00 horas;
- 3-O gabarito abaixo deverá ser preenchido com caneta azul ou preta, sem rasura;
- 4-Para cada questão existe 1 (uma) única alternativa a ser marcada;
- 5-Não serão computadas questões não respondidas, tampouco questões que contenham mais de uma resposta assinalada (mesmo que uma delas esteja correta);
- 6- Caso o candidato resolva ir embora antes das 16:00 horas, deverá entregar a presente folha de respostas e também o caderno de questões anexo (item 5.1.5 do Edital);
- 7- Após a proclamação do encerramento do tempo regulamentar (16:00 horas), será possível levar o caderno de questões, mediante o destaque, apenas, da presente folha de respostas, a qual deverá entregue ao fiscal de prova;
- 8-Finalmente, desejamos a você uma excelente prova.

CARTÃO DE RESPOSTAS

QUESTÃO	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

PROVA OBJETIVA - CADERNO DE QUESTÕES

1-(Cespe/PGM/João Pessoa/Procurador/2018) A procuradoria de determinado município foi consultada acerca da incidência de ITBI sobre contratos de promessa de compra e venda de imóvel e sobre aquisição de propriedade mediante usucapião. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- a) não deverá haver incidência de ITBI em nenhuma hipótese;
- b) deverá haver incidência de ITBI apenas na primeira hipótese;
- c) deverá haver incidência de ITBI apenas na segunda hipótese;
- d) deverá haver a incidência de ITBI em ambas as hipóteses;
- e) somente deverá haver incidência do ITBI no primeiro caso se houver pagamento de arras.

2-(IBADE - Prefeitura de Vilhena/RO - Fiscal do Meio Ambiente - 2019)

O circo Alegria pretende passar 30 (trinta) dias no Município Esperança para apresentar seu espetáculo. Devido ao grande interesse em ter o circo na cidade, a Administração Pública oferece um terreno municipal para a instalação do circo. Pelas características anunciadas, a oferta do terreno deve ser enquadrada como:

- a) permissão de uso de bem público;
- b) autorização de uso de bem público;
- c) concessão de uso de bem público;
- d) concessão de direito real de uso de bem público;
- e) direito de superfície.

3-(CESPE - 2019 - TCE-RO-Procurador do Ministério Público de Contas Adaptada) Constitui violação aos princípios constitucionais da administração pública:

- a) nomeação de cônjuge de prefeito para o cargo de secretário estadual, mesmo que o nomeado possua inegável qualificação técnico-profissional e idoneidade moral;
- b) limitação de idade, por ato administrativo, para fins de inscrição em concurso público, ainda que tal medida esteja fundamentada na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido;
- c) publicação, em sítio eletrônico mantido pela administração pública, de nomes de servidores e dos valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias;
- d) atribuição de nome de governador já falecido, reconhecido pela defesa dos direitos humanos, a escola pública de rede estadual de educação;
- e) anulação, pela administração pública, de ato administrativo ilegal.

4-(CESPE/2019- TJ-DFT - Titular de Serviços de Notas e Registros - Remoção)

No âmbito da atuação pública, faz-se necessário que a administração pública mantenha os atos administrativos, ainda que estes sejam qualificados como antijurídicos, quando verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. A interrupção dessa expectativa violará o princípio da:

- a) legalidade;
- b) confiança;
- c) finalidade;
- d) continuidade;
- e) presunção de legitimidade.

5-À luz da Lei Complementar Municipal nº 006/2020 (alterada pela LC 009/2021), conhecida como Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Vitória, é **correto** dizer que:

- a) a Gerência de Saúde Pública constitui uma das unidades administrativas da Procuradoria;
- b) em decorrência da indisponibilidade do interesse público, os Procuradores estão impedidos de fazerem acordos e transações;
- c) é livre, dispensando qualquer autorização, a manifestação do Procurador, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções;
- d) os agentes da Guarda Municipal estão juridicamente credenciados a encaminhar diretamente consultas e questionamentos sobre determinados assuntos ao Procurador-Geral, inclusive para emissão de parecer;
- e) o Procurador-Geral está legalmente autorizado a avocar processo de interesse do Município que esteja sendo conduzido por outro Procurador.

6-Ariana, candidata inscrita no concurso para a Guarda Municipal da capital, possui em seu pescoço, de forma bem ostensiva, a tatuagem de uma cruz suástica, acompanhada da inscrição "white power" ("poder branco"). Sabendo-se que a referida candidata, portadora de visão monocular e também de surdez unilateral, encontra-se grávida e em adiantado momento de sua gestação, pode-se dizer, à luz da jurisprudência do STJ e do STF, que:

- a) em virtude da visão monocular, não concorrerá às vagas de PcD's;
- b) em virtude da surdez unilateral, concorre às vagas reservadas aos deficientes;
- c) concorre como PcD tanto pela visão monocular quanto pela surdez unilateral;
- d) editais de concurso público não podem estabelecer restrições a pessoas com tatuagens como aquela supracitada, porque não interferem na aptidão ao trabalho;
- e) em decorrência da gravidez, seria cabível a remarcação do teste de aptidão física de Ariana, independentemente da previsão expressa no edital do concurso.

7-Em decorrência da expressiva redução populacional do Município de Anta Gorda, a Administração está desejando desativar e, logo a seguir, vender uma das Escolas Municipais instaladas no seu território, razão pela qual encaminhou consulta à Procuradoria com os seguintes questionamentos, a saber: **(1ª)** em se tratando de escola, de que tipo de bem público estamos cuidando, à luz da classificação dos bens públicos?; **(2ª)** qual medida a Administração Municipal precisará dar caso realmente decida alienar o imóvel supracitado?; e **(3ª)** qual modalidade licitatória será empregada para a referida alienação? Provocado pelo Procurador a pesquisar a questão à luz do Código Civil

de 2002 e da Lei nº 14.133/21, a melhor resposta a ser dada para as indagações seria:

- a) bem dominical; autorização do Chefe do Executivo; leilão;
- b) bem de uso comum do povo; autorização legislativa; concorrência;
- c) bem de uso especial; autorização do Chefe do Executivo; concorrência;
- d) bem dominical; autorização do Chefe do Executivo; tomada de preços;
- e) bem de uso especial; desafetação (mediante declaração de interesse público na venda, avaliação prévia do bem e autorização legislativa específica); leilão.

8-O município de Vitória efetuara o lançamento do IPTU e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) em desfavor do Templo Maçônico da Capital. À luz da jurisprudência do STF sobre a imunidade tributária conferida aos templos de qualquer culto (art. 150, VI, "b", da CF/88), é possível dizer que:

- a) não se revela cabível, apenas, a exigência da TCRS;
- b) não se revela cabível, apenas, a exigência do IPTU;
- c) não se revela cabível a cobrança de nenhum dos tributos supracitados;
- d) somente seria possível a incidência dos tributos se o imóvel estivesse alugado a terceiros;
- e) revela-se cabível a cobrança de ambos os tributos, porque a imunidade em questão não se aplica aos templos maçônicos.

9-O munícipe Orlando Furioso está disposto a ajuizar uma demanda judicial em face da União, do Estado e do Município para que todos sejam condenados ao fornecimento de uma determinada medicação de alto custo. Diante desse cenário, é correto dizer que:

- a) a demanda deverá ser ajuizada na Justiça Comum Estadual;
- b) os entes da federação, em virtude da competência privativa, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde;
- c) existe litisconsórcio passivo necessário entre os aludidos entes da federação;
- d) a demanda deverá ser ajuizada na Justiça Comum Federal, haja vista a existência do litisconsórcio passivo necessário entre os entes federados;
- e) em decorrência da responsabilidade solidária dos entes da federação, o litisconsórcio passivo é facultativo e não necessário.

10-Sobre os municípios brasileiros, é incorreto dizer que:

- a) possuem capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação;
- b) ostentam autonomia, mas não soberania;
- c) os municípios organizam-se por meio de Lei Orgânica;
- d) ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área;
- e) é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, inclusive dos bancos.

11-Quando o poder público precisa passar tubos subterrâneos por um terreno privado para garantir a prestação do serviço de fornecimento de água, impondo ao particular o dever de suportar a referida instalação, pode-se dizer que esse tipo de intervenção recebe a seguinte denominação:

- a)** ocupação imediata;
- b)** desapropriação;
- c)** limitação temporária;
- d)** tombamento;
- e)** servidão administrativa.

12-Enquanto fazia uma operação de patrulhamento, o Guarda Municipal Amphilóquio, num momento de distração - causada pela leitura das mensagens do celular enquanto dirigia -, atropelara o munícipe Giuseppe, o qual, em decorrência do acidente, tivera a perna esquerda amputada. À luz do entendimento jurisprudencial dominante do STF sobre a responsabilidade civil do Poder Público à luz do art. 37, § 6º, da CF/88, pode-se dizer que Giuseppe:

- a)** deverá ajuizar a demanda, diretamente, em face do servidor Amphilóquio;
- b)** deverá ajuizar a demanda em face de ambos, de forma simultânea, respondendo o Município de forma objetiva;
- c)** caso ocorra o ajuizamento simultâneo em face de ambos, Amphilóquio somente poderá responder se tiver atuado com dolo;
- d)** não se aplica ao caso a teoria (ou tese) da dupla garantia, porque Amphilóquio possui inequívoca legitimidade passiva;
- e)** deverá ajuizar sua demanda reparatória apenas em face do Município, restando assegurado ao referido ente público o direito de regresso contra o responsável (Amphilóquio) nos casos de dolo ou culpa.

13-Depois que a loja de fogos de artifício "Estouro" explodira, os vizinhos, afetados pelo referido evento, ajuizaram demanda indenizatória em face do Município de São Paulo, ao argumento de que houvera falha no dever de fiscalizar o referido comércio. Entretanto, não ficara demonstrada a correlação entre a suposta falta de fiscalização e o episódio. Acerca da responsabilidade civil do Poder Público em tais hipóteses, o entendimento do STF é no sentido de que:

- a)** a responsabilidade em tais casos será subjetiva, baseada no risco integral;
- b)** no caso de fogos de artifício, a responsabilidade será objetiva baseada no risco integral, na forma do parágrafo único do art. 927 do CCB/02;
- c)** a responsabilidade será subjetiva, baseada no risco administrativo;
- d)** a responsabilidade será subjetiva, baseada no risco social;
- e)** para que seja reconhecida a responsabilidade, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando forem de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

14-Sobre os cargos em comissão, é **incorreto** afirmar que:

- a) sua criação somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;
- b) pressupõem a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar;
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir;
- e) por se tratarem de cargos de livre nomeação e exoneração, a servidora pública gestante ocupante de cargo em comissão não tem direito à estabilidade provisória desde a confirmação do estado gestacional até cinco meses após o parto.

15-À luz da jurisprudência do STF sobre agentes públicos, assinale a alternativa **correta**:

- a) a fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva;
- b) o direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos;
- c) é constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária;
- d) a simples previsão editalícia, independentemente da existência de lei, revela-se suficiente para sujeitar os candidatos a exame psicotécnico;
- e) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição;

16-Orozimbo Ambrósio, proprietário de um único imóvel em que reside com a esposa, no Município de Vitória, é réu em ação de execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Municipal por falta de pagamento de IPTU, cujo débito remonta, em parte, ao titular anterior do bem. Levando em consideração as disposições do ordenamento jurídico acerca do crédito tributário e da sua respectiva cobrança, assinale a alternativa **correta**:

- a) o imóvel residencial próprio do casal é impenhorável, não devendo responder por qualquer tipo de dívida;
- b) os bens e rendas do sujeito passivo respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária, sem comportar exceções;
- c) bens gravados por ônus real ou por cláusulas de inalienabilidade não podem ser alcançados para saldar dívidas tributárias;
- d) o débito do proprietário anterior não poderia ser transferido para Orozimbo;
- e) a impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano.

17-Em virtude da proximidade do aniversário da cidade, comemorado no dia 08 de setembro, o Município de Vitória deseja contratar um show do cantor Gilberto Gil. Acerca da contratação em questão, é **correto** afirmar que:

- a)** a contratação precisará, necessariamente, ser precedida de processo licitatório, porque a Lei de Licitações não pode se sobrepor ao art. 37, inc. XXI, da CF/88;
- b)** a licitação não pode ser dispensada, porque é viável a competição;
- c)** de acordo com a jurisprudência, não cabe contratação direta em tal hipótese;
- d)** é inexigível a licitação quando até exista viabilidade de competição, mas se trate de artista consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- e)** é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

18-Acerca do IPTU, marque a opção **correta**:

- a)** de acordo com o Código Tributário Nacional, seu fato gerador seria apenas a propriedade imobiliária;
- b)** o imóvel pertencente a uma entidade sindical patronal estaria protegido pela imunidade no tocante ao IPTU;
- c)** caso o imóvel onde funciona a sede de um Partido Político seja alugado a terceiros, cai por terra a imunidade de IPTU alusiva ao referido bem, mesmo que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tal agremiação política;
- d)** trata-se de tributo sujeito a lançamento por homologação;
- e)** não incide o IPTU sobre os templos de qualquer culto, mesmo que as instituições religiosas sejam apenas as locatárias do bem imóvel.

19-Sabendo-se que o Município de Vitória acabara de ser intimado de uma sentença desfavorável oriunda do Juizado Especial da Fazenda Pública, regido pela Lei nº 12.153/2009, é possível afirmar que:

- a)** o meio impugnativo cabível (recurso de apelação) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- b)** o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- c)** o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser manejado em 20 dias corridos, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- d)** o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser interposto em 20 dias úteis, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- e)** o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser manejado em 10 dias úteis.

20-São de competência da Justiça Trabalhista, **exceto**:

- a)** execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças por ela proferidas;

- b)** ações propostas contra a Administração Pública por servidores pré CF/88 que ingressaram sem concurso público e em regime celetista, com o objetivo de obterem prestações de natureza trabalhista;
- c)** julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado em face de empregador;
- d)** processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada;
- e)** julgamento acerca do caráter abusivo (ou não) da greve de servidor público, mesmo que eles sejam celetistas.

* * *